

Teoria da Comunicação – Tendências e Actualidade

Autor: Aníbal A. Alves

Instituto de Ciências Sociais – Departamento de Comunicação

Universidade do Minho

1. Introdução

1.1. Objectivos

São frequentes os equívocos e confusões acerca da área, disciplina ou ciência da comunicação. Uma das mais recentes, entre a nossa comunidade lusa, foi o facto de a Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de “Ciências e Tecnologias da Comunicação” ter daparado, em plena fase da visita institucional, com um curso que se viu na obrigação de não reconhecer como pertencente à área de cursos que tinha a missão de avaliar. Todos certamente conhecem fenómenos semelhantes. Surgiu agora um comunicado, salvo erro, de proveniência de uma Comissão do Conselho de Reitores das Universidade Portuguesas, sobre organização de Cursos de Graduação, em que deixando de se falar em Ciências da Comunicação, se retoma Comunicação Social associando-a às Ciências Sociais e surge o Multimedia considerado mais afim das Humanidades (pede-se desculpa da imprecisão). Não vi referência de critérios sobre esta

Para lá deste início algo anedótico, que não deixa de ser sério, pretende-se retomar a questão da identidade e identificação da disciplina (área ou interdisciplina) de Comunicação, a partir de uma disciplina considerada, para o efeito, nuclear e elucidativa. Com tal objectivo procuraremos: verificar a existência e persistência da própria questão, enquanto problema e dificuldade; desenhar alguns contornos ou dimensões mais visíveis desta questão; e perspectivar algumas linhas de acção para uma prática favorável ao desenvolvimento da disciplina.

1.2. Metodologia

A reflexão limitada aqui apontada será desenhada, principalmente, a partir da evocação das seguintes referências que reputo significativas da evolução da nossa disciplina:

1º. Em primeiro lugar serão tidos em conta três contibutos de autores da disciplina, considerando a sua originalidade e carácter exemplar, a saber:

- 1) Stephen Littlejohn, and Karen A. Foss, (2004), *Theories of Human Communication*, Thomson, Wadsworth, 8th ed., 1st ed., 1978, Bell & Howell Co., USA.
- 2) Karl Erik Rosengren, (2000), *Communication*, Sage, London.
- 3) James A. Anderson (1996), *Communication Theory*, The Guilford Press, N. York.

2º. Em segundo lugar, o contributo da Revista de *Communication Theory*, uma das revistas científicas da Internacional Communion Assocation (ICA), ela própria manifestação relevante da área e tradição dos estudos de Comunicação .

3º. Em terceiro lugar, algumas disciplinas de Teoria/Teorias da Comunicação de Cursos de Graduação em Comunicação, em Portugal.

Esta metodologia, encontrando-se ainda em pleno desenvolvimento, ficará limitada, na presente redacção, ao primeiro ponto.

2. Três Exemplos perante a Teoria da Comunicação

A escolha dos três autores referidos não se baseia em critérios de representatividade nem também de puro acaso. Emerge antes de uma experiência pessoal entre a bibliografia corrente consultada nos últimos anos e utilizada em apoio à disciplina de Teoria da Comunicação para os Cursos de licenciatura da Universidade do Minho.

A posição de cada autor é evocada simplifcadamente, destacando selectivamente a perspectiva reconhecida na sua obra utilizada em função da questão que nos importa debater: a teoria da comunicação: sua concepção e seu cultivona prática académica, de ensino e de investigação.

Parece conveniente, em razão das circunstâncias deste exercício, limitar-nos a três tipos de indicações: a) a posição geral do autor face à definição de comunicação; alguma definição explicitada; b) matérias indicadas compreendidas no campo de estudo da comunicação; c) pontos de convergência.

2.1. Stephen Littlejohn, and Karen A. Foss, (2004), *Theories of Human Communication*

a) Pode dizer-se que nesta última edição da obra de Littlejohn sobre as Teorias aparece mais sublinhada a dificuldade de uma definição de comunicação (humana) e realçada a preferência pela multiplicidade de definições e de abordagens. A própria organização desta nova edição, realizada em co-autoria com Karen Foss, adopta um novo quadro sobre as teorias da comunicação, proposto recentemente (1999) por Robert Craig¹. É todavia, manifesto, que o autor, tal como fizera em anteriores edições, dá à definição de comunicação larga cobertura, a partir, entre outras, da célebre referência das 126 definições apontadas por Dance². Resta que Littlejohn acaba por uma clara reserva em formular qualquer definição explícita de comunicação, preferindo a opção pelo “campo”, tal como fizera o já referido R.Craig cuja posição adopta. Em palavras suas podemos resumir: *“Scholars have made many attempts to define communication but establishing a single definition has proved impossible and may not be fruitful”*³. Temos consciência que pode ser demasiado simplificador resumir assim a posição de Littlejohn, a qual, na verdade, surge num contexto de meticulosa e abrangente abordagem das Teorias da Comunicação. No entanto, e para o nosso propósito de hoje, preferimos destacar a ausência de definição explícita para a comparar com uma outra posição e podermos dessa forma, avançar a nossa própria preferência. A alínea seguinte pode, em parte, re-equilibrar a posição atribuída a Littlejohn.

¹ Robert Craig, “Communication Theory as Field”, *Communication Theory*9 (1999) p. 119-161.

² Frank Dance and Carl Larson, *The Functions of Human Communication: a Theoretical Approach*, N. York, Winston, 1976, Appendix A (Ref por Littlejohn (2004), p.15 .

³ Littlejohn, *o.c.*, p.12

b) As matérias abrangidas no “campo da comunicação” aparecem explicitadas na obra de Littlejohn, entre outros, dos dois seguintes modos: um consiste em retomar, no interior do seu texto, o modelo proposto por John Powers que considera aquele campo abrangendo quatro divisões: i) sobre o conteúdo e a forma das mensagens; ii) sobre os comunicadores enquanto indivíduos, enquanto participantes em relações sociais, e enquanto membros de comunidades culturais; iii) sobre os níveis de comunicação, incluindo, o nível público, o do pequeno grupo, e o interpessoal; iiiii) sobre os contextos e situações em que a comunicação acontece, tais como, o cuidados de saúde, tribunais, organizações, religião, e muitos outros⁴.

O outro modo de indicar as matérias do campo de comunicação pode ver-se, obviamente, nos tópicos ou índice dos capítulos, os quais nos oferecem a visão de Littlejohn do conteúdo da disciplina, com a inequívoca competência e adequação do reconhecido académico e mestre da nossa disciplina ou campo da comunicação. Devemos lembrar nesse sentido que ela coincide bastante com a de Power, como já sucedia com as edições anteriores de Littlejohn. Mas nesta obra, como ficou referido atrás, o autor enquadra o largo conjunto da produção teórica do campo da comunicação numa espécie de meta-teoria alcançada, por assim dizer, pelo diálogo ou co-presença das diferentes teorias sobre os fenómenos de comunicação, elas próprias agrupadas pela pertença a uma ou mais das sete tradições reconhecidas: *Retórica, Semiótica, Fenomenológica, Cibernética, Psicossocial, Sociocultural, Crítica*.⁵

Em termos antigos, a indicação das matérias vai mais no sentido da definição material do objecto, ou seja a dimensão extensiva do conceito. A definição compreensiva deste, a definição formal, consistia na indicação das propriedades, atributos, ou noções elementares constituintes por assim dizer da “essência” do objecto real em causa.

c) Em termos de convergência, que certamente se manifestará em importante medida, faremos a sua aproximação no termo da evocação de cada contributo.

⁴ *Op. Cit.*, p.12.

⁵ Cfr. R. Craig (1999) e St Littlejohn, *o.c.*, p. 34, ss.

2.2- Karl Rosengren, (2000), *Communication, an Introduction*.

Poderia estranhar-se a escolha de uma obra de introdução para o nosso propósito. Mas Denis McQuail, outra eminente autoridade nos nossos estudos de comunicação, felizmente bem conhecida entre nós, pode confortar-nos sobre a adequação do acto: “ *Karl Erik Rosengren takes the reader on na exhilarating ride through the wide landscape of human communication. It is original and daring, but also firmly rooted in the latest ideas and evidence. It has an equal power to inform novices and to stimulate and delight older hands*”⁶

Rosengren, embora menos detalhadamente, mas tal como Littlejohn, consagra importantes parágrafos de introdução à questão da comunicação e da teoria da comunicação, numa primeira parte.

a) Em relação a uma definição explícita de comunicação, Rosengren, na sua primeira parte, ao cabo de uma cuidadosa preparação deixa-nos explicitamente indicados os elementos necessários para estabelecer uma completa comunicação humana. A seguir, em razão do contexto, que em seu entender, requer o uso do termo no seu mais específico sentido escreve: “ *communication is: intersubjective, purposive interaction by means of doubly articulated human language based on symbols*”⁷. Sem nos atermos agora, por razão de brevidade, no recorte da definição não podemos deixar de notar desde logo uma fortíssima capacidade de organização de campo tal como verdadeiro íman sob a limalha dispersa, muito embora pertença de idêntico metal.

b) No respeitante à extensão das matérias abrangidas ou abertas pela própria noção de comunicação avançada, não vamos descer a detalhes, porquanto bastará referir que o Autor retoma a tradição dos níveis de comunicação, distinguindo quatro: a comunicação individual em que integra a comunicação intrapessoal, interpessoal e de grupo; a comunicação organizacional; a comunicação “societal” na qual insere a comunicação de massa, e, final mente. A comunicação internacional e intercultural.

⁶ Cfr. Texto citado na contracapa do referido livro de Rosengren (2000).

⁷ Rosengren, *o-c*, p.38.

Esta dimensão dos níveis, todavia, não nos pode induzir em erro simplista, no sentido de alguma interpretação que os tomasse como partes adequadas de um todo que faria ao seu somatório. Seria trair totalmente o pensamento de Rosengren que propõe, justamente, uma abordagem da comunicação humana, como o próprio processo, pelo qual, se constitui incessantemente, a própria realidade socio-cultural. Lembre-se o objecto próprio que propõe para a disciplina de Comunicação no contexto das Ciências: *o processo de socialização*⁸. o todoque

c) Convergências a notar no final do parágrafo.

2.3. James A. Anderson (1996), *Communication Theory*

A monografia de J. Anderson apresenta uma posição singular no campo da teoria da comunicação de que se reclama (o nome assim o implica). Apesar do seu carácter heterogéneo no conjunto da tradição, parece-me que poderá servir, de algum modo, o propósito da presente reflexão. Retomo por isso algumas das suas propostas eu em outro contexto tive ocasião de assinalar⁹.

O texto de James Anderson¹⁰ – “um texto necessariamente pós-moderno” – (*o. c.*, p. 3), como o próprio adverte, é uma empenhada e arrojada obra de epistemologia, dedicada aos fundamentos e condições da teoria, ou seja, do conhecimento válido. O subtítulo da obra, “epistemological foundations” anunciava a perspectiva mas não fazia prever a tão larga prevalência da epistemologia sobre o objecto do título, a saber, a teoria da comunicação. Trata-se de uma epistemologia crítica e alternativa, a qual, na visão do autor, se tornou forçosa perante o “colapso da unidade epistémica que governou quase todo o saber académico até há poucas décadas” (*o.c.*, p.1). Nesta empenhada e dura jornada prossegue Anderson o seu minucioso exame do processo do conhecimento fundado através de oito capítulos de entre os nove que fazem o livro. Apenas no capítulo nono, se debruça sobre as 18 teorias da comunicação que conseguiu identificar através de uma exploração pessoal da bibliografia julgada pertinente.

⁸ Rosengren, *o.c.*, p.14, 58, *pass.*

⁹ Aníbal Alves (2005), “A Sociedade da Comunicação no Século XXI e a Vocação Social da nossa Disciplina”, *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, S.Pa

¹⁰ J. Anderson (1996), *Communication Theory*, Guilford Press, N. York.

Reconhecendo sem hesitação o valioso trabalho do Autor para o nosso campo de estudos, e designadamente para a própria questão da teoria da comunicação, afigura-se-nos que a parte substantiva da comunicação, quer dizer os objectos ou práticas sociais da comunicação, ficam relegados para uma zona por assim dizer indiferenciada, face ao carácter decisivo do enquadramento epistemológico. É verdade que a amostra das teorias retomadas por Anderson para o seu exame e ordenamento retoma um expressivo núcleo. Todavia, a sua evocação permanece instrumental, face ao objectivo e pretensão da orientação epistemológica defendida e proposta.

Esta revela-se de inegável importância e actualidade para a área de estudos de comunicação, como, em geral, para a comunidade académica e científica. Justifica-se, assim, o destaque e a consideração que me pareceu dever dar ao livro de Anderson. É, no entanto, minha convicção que o seu contributo nesta obra de *Teoria da Comunicação*, se situa a um nível tão especializado da epistemologia em geral, e mesmo, da epistemologia da teoria da comunicação, que corre o risco de ficar demasiado especulativo e então, pouco estimulante e produtivo para a conveniente e indispensável consistência da Teoria da Comunicação. Desta se requer, necessariamente, um inconfundível grau de unidade conceitual e de campo de pesquisa (que de modo algum terão de ser reducionistas) para poder tornar-se, efectivamente, uma disciplina nuclear, polarizadora e impulsionadora de uma área de estudos nova e sempre renovada, porque emergente de um questionamento novo suscitado por uma nova demanda da realidade social.

Retomando o rigoroso exame epistemológico de Anderson e o seu confronto com o campo das teorias da comunicação. Na pesquisa a que procede, foram identificados, em primeira abordagem, 245 designações com pretensão conceitual acerca da Comunicação. Para a efectiva análise foram seleccionadas 18 teorias com base no critério de cada uma delas ter merecido a atenção documentada de três ou mais autores. Não vamos retomar o exame pormenorizado de cada uma daquelas 18 teorias nem das três que o autor julgou dever juntar-lhes porque, de certo modo, implicadas nelas. Recordaremos apenas a grelha da análise epistemológica a que cada teoria é submetida e a tentativa de estabelecer um quadro relacional com base em três paradigmas principais: o paradigma cognitivo-funcionalista, o paradigma accionalista e o paradigma narrativo-discursivo.

A grelha analítica comporta os seguintes tópicos definidores do quadro teórico adoptado: método epistemológico pelo qual o objecto de estudo é definido e assumido como real em algum domínio; o método de produção da posição afirmada, através do qual a argumentação é justificada e revela a sua manifestação prática; as práticas da produção de evidência no quadro das diferentes metodologias desenvolvidas; as consequências de valor na vida social .

A análise relacional é ilustrada num plano definido por duas coordenadas: na coordenada horizontal, as teorias dispõem-se a partir do ponto de origem que correspondente ao predomínio da orientação cognitivo-funcionalista, variando no sentido da sua maior presença na abordagem da teoria da acção social; a coordenada vertical ordena as teorias marcadas simultaneamente pelas abordagens cognitiva e funcional, variando, desde o ponto de origem, no sentido do maior predomínio das teorias narrativas/discursivas. Balanceadas as 21 teorias (Anderson acrescentou as 18 iniciais), vem a posição central a ser ocupada pela teoria da *gestão coordenada da significação* de Pearce e Cronen¹¹ formulada na sua obra *Communication, Action and Meaning*.

Pese embora a convergência das posições de Anderson com esta teoria, acaba ele por concluir pela inadequação da análise relacional do seu *corpus* de Teorias da Comunicação. A pertença destas a domínios epistemológicos diferentes inviabiliza uma comparação conclusiva. Daí que a comparação seja transferida para uma plataforma comum, ao nível das práticas que cada teoria gera e apoia no seio da comunidade. ”A análise e a crítica de teorias de diferentes domínios epistemológicos não pode ser levada a cabo ao nível das suas definições e posições. Tem de ser levada a cabo ao nível dos seus pressupostos e consequências”¹². É que a diferentes pressupostos correspondem diferentes consequências para a acção, ou seja, a adequação e fecundidade da teoria julgam-se finalmente ao nível da sua prática. No limite, a teoria sem a sua prática não existe. É pois na prática social que a teoria não só se manifesta mas efectivamente se constrói. Assim irá das nossas teorias da comunicação: na sua iterativa construção prática se revelarão efectivamente verdadeiras e valiosas conforme as acções e obras

⁷ B. Pearce and V. Cronen, (1980), *Communication, Action and Meaning*, Praeger.

¹² J. Anderson, *o. c.*, p. 219.

observáveis que produzem. Reconheceremos e avaliaremos a teoria pelos programas de investigação que ela fomenta e sustenta; pelas actividades e modos de vida que os seus defensores apresentam; pelas consequências para a vida e acção colectivas que estas “realidades” e suas similares acarretam.

A posição e proposta de J. Anderson assentam fundamentalmente numa teoria da acção social que retoma ou partilha elementos do pragmatismo, do existencialismo, da semiótica peirciana, do interaccionismo simbólico, da filosofia da linguagem, bem como de outras correntes de pensamento que assumem de um ou outro modo, a luta que é a vida humana. Especialmente estimulada pela ideia da *estruturação* trabalhada por A. Guidens e pelo reconhecimento da radical natureza semiótica da acção humana, a teoria da acção social comporta uma concepção própria da prática científica e da prática do magistério da qual destacamos para o presente propósito dois particulares aspectos: a) uma concepção epistemológica que confere à “realidade” o estatuto de “mundo significativo”, construído e mantido pela actividade cognitiva e semiótica ao nível da consciência individual e colectiva; b) uma concepção do cientista e académico como agente de estruturação social, isto é, como construtor do “mundo significante”. E porque as suas construções cognitivas, accionais, semióticas, comportam necessariamente opções valorativas, trata-se de um sujeito ético, cujo agir não pode deixar de ser responsável pela parte que lhe cabe na acção social colectiva.

As implicações da teoria da acção social para a ciência e para a docência, em geral, ganham especial relevância para a nossa disciplina de Ciências da Comunicação. Por isso se nos afigura tão importante e acertada a análise vigorosa e ousada de J. Anderson bem como a sua proposta para a articulação do nosso trabalho intelectual com as práticas sociais da comunicação. Não parece duvidoso que o magistério, no sentido do que os americanos designam por “scholarship”, próprio da nossa disciplina, se consuma, complementarmente na acção escolar e na acção social, as quais partilham orientação e sentido. Ou seja a nossa disciplina e o nosso trabalho encontram no contributo cognitivo e valorativo que levarem às práticas sociais comunicativas a sua razão de ser e, conseqüentemente, a base da sua avaliação.

Como ficou reconhecido mais atrás, o contributo da abordagem de Anderson para o nosso domínio de saber é deveras interessante e merece a maior consideração e, mesmo, adesão, ao nível da nossa prática e acção social. Ele coloca-se, todavia, a um plano superior que não substitui o plano mais particular da definição compreensiva e extensiva da comunicação, como disciplina científica e académica.

3. Conclusão: Convergências e divergências das posições evocadas.

A nossa pesquisa, por limites circunstanciais, ficará por ora limitada aos testemunhos (por menos adequada que tenha sido a sua evocação) dos três autores relevantes da nossa disciplina que tive a ocasião e o privilégio de estudar. Não tenho essa tarefa concluída. Em breve síntese, formularia as seguintes linhas de conclusão:

3.1. Definição e definições

A dificuldade de propor uma ou mais definições formais (em termos conceituais explícitos) é geralmente sentida e expressa pelos autores, em geral, e assim sucede com os do nosso caso presente. Há que assumir o facto e interpretá-lo como manifestação, por um lado, do estado e estágio do nosso conhecimento, e, por outro, da natureza do objecto complexo desse mesmo conhecimento. P. Watzlawick não terá deixado de ver com acerto quando reconheceu que estamos perante uma ciência na sua infância.

Mas esta dificuldade, a permanecer sem propostas de resolução, designadamente provisórias, constitui certamente uma grave fragilidade da nossa disciplina, no sentido estrito de Teoria da Comunicação, e no sentido geral de Ciências da Comunicação ou de Estudos da Comunicação.

Por isso me parece muito louvável a proposta de E. Rosengren, acima referida, de avançar com uma definição conceitual capaz de recortar, inequivocamente, não só a

perspectiva do conhecimento desencadeado mas também o objecto fenomenal a conhecer. Pode aceitar-se, facilmente, que o Autor se viu motivado a desenhar tal definição, em razão do objectivo instrutório ou pedagógico da sua obra. Boa razão parece e muito digna. Não importará que sejam muitas as definições, conforme as conjugações circunstanciais do conhecimento sobre a comunicação. Importa sim que os estudiosos da Comunicação, dotem quanto possível a sua disciplina com a consistência, adequação, e clareza que a tornem distinta e indispensável.

Longe de mim atribuir alguma deficiência à obra que tanto admiro de St. Littlejohn. Reconheço facilmente que recorri a ela (na sua última edição), sobretudo como pretexto para uma reflexão que reputo pertinente. Sem prejuízo de aderir também convictamente à larga perspectiva interdisciplinar que em outros momentos tive ocasião de reconhecer e fundamentar¹³.

3.2. O campo de estudo

O campo de estudo da Teoria da Comunicação e das Ciências da Comunicação, do ponto de vista fenomenal, parece-me convergente nos três autores. Pelo menos não reconheço divergência sensível, mesmo que a enumeração concreta não tenha recebido igual explicitação. Já não poderia afirmar que tal seja o caso na generalidade dos estudos académicos designados por “comunicação”. Quem sabe se não temos aí uma consequência da dificuldade de definição acima referida.

3.3. A construção de uma disciplina

A consciência de não possuímos ainda uma disciplina científica e académica claramente estabelecida em seus princípios e limites, não nos deve perturbar. Deve antes agudizar a consciência da tarefa que temos em mão. A teoria da comunicação, como a disciplina da Comunicação, ainda é, e será por largo tempo, um projecto em construção. Mas há qualidades da obra acabada que fazem parte, como condição **sine qua non**, do

¹³ A. Alves, (2001), “Ciências da Comunicação, área interdisciplinar”, *Comunicação Empresarial*, 17, p.5, s.

próprio projecto de que aquela emerge. A realidade fenomenal da comunicação humana, que constitui o objecto material do projecto da nossa disciplina é certamente um indicador obrigatório, mesmo se grosseiro, para caminho tão novo. Os que hoje nos aventuramos nele, crentes no valor da procura, não faremos a viagem sós. Outros abriram já veredas e clareiras, construíram pontes e entroncamentos. E somos cada vez mais, aqueles que decidimos ser parte desta construção. A consistência do agir pessoal e colectivo destes construtores, mais que um augúrio, é também uma forma de definição da nossa disciplina.